

Dívida do Brasil é menor do que a de grandes economias

‘Continua elevada, mas está sob controle’, diz ministro da Fazenda

Da Redação

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta segunda-feira (27) que a dívida pública brasileira continua elevada, mas está sob controle e em patamar inferior ao de diversas economias desenvolvidas.

Em entrevista à Rádio Jornal de Pernambuco, o ministro argumentou que não existe uma regra internacional que estabeleça um limite único para o endividamento dos países e defendeu que a situação fiscal deve ser analisada de acordo com as características de cada economia.

“Não existe uma regra ou um limite colocado nos manuais internacionais, seja do FMI, seja de outra organização internacional, que diga qual é o limite do endividamento de um país. São tamanhos e países diferentes”, afirmou o ministro.

Durigan ressaltou que a comparação favorável ao Brasil, em termos proporcio-

nais na relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país), não significa que a situação do país esteja confortável.

“Não estou comparando para dizer que o nosso está bom, porque o nosso não está bom”, disse ao lembrar que a dívida bruta do Brasil está entre 80% e 81% do PIB, enquanto alguns países alcançam níveis que chegam a 200%.

“Quando você olha para os Estados Unidos, para os países da Europa, para a China, para o Japão, o endividamento é muito maior que o nosso”, afirmou. “Temos um endividamento alto [no Brasil], mas ele está sob controle.”

O ministro explicou que mesmo as projeções “muito conservadoras” do Tesouro Nacional apontam que a dívida brasileira continuará crescendo até 2030, mas que a partir daí ela começará a reduzir em termos proporcionais ao PIB.



Durigan ressaltou que a comparação favorável ao Brasil, em termos proporcionais na relação entre dívida e o PIB não significa que a situação do país esteja confortável

Para Durigan, o principal desafio é impedir que a dívida continue crescendo. Ele argumentou que, atualmente, o principal fator de pressão sobre o endividamento brasileiro são os juros pagos pelo governo para financiar a própria dívida – e pela população, que também acaba tendo de pagar taxas mais altas.

“O grande desafio é mostrar que, já que a gente não tem déficit primário, o que explica hoje o endividamento são os juros. A quantidade que pagamos de juros para rolar a dívida do país faz com que a gente aumente a nossa dívida pública”, afirmou.

O ministro defendeu que a redução desse custo depende

da construção de confiança na condução da economia. Segundo ele, investidores precisam enxergar que o país tem condições de manter uma trajetória sustentável para as contas públicas ao longo do tempo.

“Mostrar que eu tenho uma trajetória sustentável no tempo dá tranquilidade para o investidor”, disse. “Dá tranquilidade para investidores e para os atores da economia do Brasil e do mundo, para que a gente diminua esse endividamento com o tempo.”

Durigan acrescentou que a credibilidade fiscal se torna ainda mais importante em um contexto internacional marcado por guerras, tensões

geopolíticas e incertezas econômicas.

“É uma incerteza brutal saber se essa guerra [entre EUA e Irã] vai acabar, se não vai acabar. Nós temos que proteger o nosso povo com medidas racionais, que não prejudiquem as contas públicas”, afirmou.

De acordo com o ministro, preparar o país para um cenário global mais instável exige consolidação fiscal e capacidade de investimento em áreas estratégicas. “Preparar o país para o mundo de incerteza, para o mundo de conflito, é o que é mais importante. E essa preparação envolve consolidação fiscal”, disse Durigan.

Desde março, ANP realizou mais de 3,3 mil ações

Da Redação

A ANP realizou 208 ações de fiscalização esta semana (20 a 24/7) com foco no combate a preços abusivos de combustíveis, dando prosseguimento ao cumprimento das atribuições recebidas pelas Medidas Provisórias nº 1340/2026 e 1349/2026 e Decreto nº 12.876/2026.

Do total das ações realizadas no período, 159 ocorreram em postos de combustíveis, 46 em revendedores de GLP, uma em posto de combustíveis de aviação, uma em produtor de etanol e uma em transportador-revendedor-retalista (TRR).

Nessas ações, a Agência coletou informações e realizou notificações para envio, pelos postos, das notas fiscais de aquisição dos combustí-

veis dos últimos períodos.

Esses dados serão analisados pela ANP e, em caso de caracterização de preços abusivos, poderão gerar autuações, processos administrativos e, ao final dos processos, multas. As multas criadas pela MP nº 1.340/2026 variam de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões, dependendo da gravidade da conduta e do porte do eventual infrator.

Desde 16 de março, quando a ANP deu início às fiscalizações sobre preços abusivos, após a publicação da MP nº 1.340/2026, até o momento, a Agência realizou 3.331 ações com esse foco, gerando 683 autos de infração, dos quais 23 por elevação, de forma abusiva, do preço dos combustíveis. Do total, 16 autos foram lavrados em face de distribuidoras



Fiscalização é feita com foco em preços abusivos

de combustíveis (oito no estado de São Paulo, seis no Distrito Federal, um no Paraná e um no Rio de Janeiro), cinco para revendas de GLP (três no Ceará e dois no Pará) e dois autos

lavrados em revendas de combustíveis no Ceará.

NOVA FASE DA FISCALIZAÇÃO DE PREÇOS ABUSIVOS

A ANP iniciou nova etapa

na fiscalização de preços abusivos em 1º de julho, a partir de um plano que prevê ações ostensivas, educativas e coercitivas destinadas a coibir práticas oportunistas no mercado. A iniciativa terá duração inicial de três meses, permitindo reavaliação ao fim do período para adequação das ações às eventuais mudanças no cenário internacional e no arcabouço normativo. O plano prevê um incremento expressivo do esforço fiscalizatório da Agência, de mais de 40% no volume de fiscalizações, comparando os números de março a junho com os de julho a setembro.

Além das ações voltadas a preços abusivos, a Agência seguiu, esta semana, com suas ações de rotina para verificar a qualidade dos combustíveis.